

# **‘Aqui a gente faz política com afeto!’: ‘Interseccionalidade’ e ‘afeto’ na construção da ‘nossa forma de fazer política’ de negros universitários**

Stephanie Pereira de Lima

**RESUMO:** Este texto busca compreender, a partir da etnografia realizada em três coletivos universitários, a emergência de formas atuais de ação coletiva em universidades públicas brasileiras, em que a categoria interseccionalidade surge como fundamental e, por esse motivo, o corpo e os afetos tomam centralidade na política das organizações. O trabalho de campo realizado é parte de uma pesquisa mais ampla, na qual, o objetivo dela é de contribuir para o conhecimento das transformações recentes nos movimentos sociais, em que explora os processos de produção de agentes políticos e modos de fazer político, tendo em vista a ampliação do acesso de negros/as nas universidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** interseccionalidade; afeto; negros universitários; ação afirmativa.

## INTRODUÇÃO

Neste texto irei tecer algumas reflexões acerca das mudanças recentes na ação política em universidades públicas brasileiras geradas pela ampliação do número de estudantes negros/as, a partir das etnografias realizada no Núcleo de Consciência Negra da Universidade Estadual de Campinas (NCN/UNICAMP), na Frente Negra da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Frente Negra/UERJ) e do Coletivo de Diversidade Sexual KIU! da Universidade Federal da Bahia (KIU!/UFBA)<sup>1</sup>. Por se tratar de um texto etnográfico, farei uso de alguns recursos, com objetivo de facilitar a leitura. Assim, para demarcar termos e conceitos de outros autores, será utilizada as aspas duplas e quando forem da própria autora será utilizado o negrito como meio de diferenciação. As aspas simples serão utilizadas para marcar os termos e categorias empregadas em campo pelos interlocutores.

Como perspectiva de partida para a investigação, vale destacar que este crescimento foi parte de um conjunto de estruturas de oportunidades políticas<sup>2</sup>, que envolvem a luta histórica do movimento negro pelo acesso à educação e uma aproximação deles com as instâncias estatais durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Flavia Rios (2008), ao refletir acerca do processo de institucionalização do movimento negro, aponta que no início do governo Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003<sup>3</sup>,

observou-se uma abertura política maior tanto para os movimentos sociais quanto para as organizações civis. Em resposta às demandas e compromissos estabelecidos ainda na campanha eleitoral, foram criados distintos espaços de negociação. O primeiro compromisso social do governo Lula para com o movimento negro foi a formação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), ainda em 2003.

Segundo José Jorge de Carvalho (2006), a principal política que o Governo Lula acordou com o movimento negro, em seu primeiro mandato (2003 a 2007), foi a de democratização do Ensino Superior.

---

<sup>1</sup> O trabalho de campo da pesquisa, realizado entre os anos de 2016-2019, se dividiu em três etapas: etnografia nos 3 coletivos citados, observação de encontros nacionais que os integrantes destes coletivos frequentavam e entrevistas semiestruturadas. Assim, foram realizadas 19 entrevistas, todas com estudantes negros que compunham os coletivos focais ou que eram 'militantes negros' de outros coletivos ou das 'antigas'. Destas entrevistas, 7 foram realizadas na UNICAMP, 5 na UERJ e 8 na UFBA. Por ter entrevistado interlocutores de gerações passadas, a idade variou entre 20 e 44 anos, entretanto 16 participantes tinham entre 20-35 anos e apenas 4 na faixa etária de 36-45 anos. Ver: LIMA, 2020.

<sup>2</sup> Vale ressaltar que esse conceito tem origem na Teoria do Conflito Político (TCP), desenvolvida por Charles Tilly, Doug McAdam e Sidney Tarrow (2009). Os principais conceitos dessa teoria são: "repertório", "enquadramento interpretativo", "performance" e "Estrutura das Oportunidades Políticas". Para uma análise desses conceitos, ver: Alonso, 2012.

<sup>3</sup> Nesse mesmo ano, segundo Rios (2008), foi sancionada a Lei 10.639, a qual alterou a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 06 de março 2018.

Assim, foram criados programas de ampliação do acesso no setor privado, como o Programa Universidades para Todos (Prouni)<sup>4</sup>, e para o setor público, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em 2003<sup>5</sup>. Isto posto, o Reuni e a posterior aprovação da Lei de Cotas (12.711/2012)<sup>6</sup>; no Supremo Tribunal Federal (STF), tornaram-se as políticas que diretamente contribuíram para o aumento de negros e negras nas universidades públicas brasileiras. Isto nos leva ao cenário atual, no qual um conjunto de pesquisadores que buscam compreender o momento recente dos movimentos sociais, têm assinalado formas de reação das gerações mais recentes ao processo de institucionalização intensificada nas últimas décadas<sup>7</sup> (ALVAREZ, 2014; FACCHINI, 2011, RIOS E MACIEL, 2017-8; GOMES, 2018; BRINGEL, 2018; LIMA, 2016). Dessa forma, essas pesquisas apontam para a última década (2000-2020) como um marco do surgimento de coletivos e organizações formadas por jovens – que não necessariamente reivindicam o uso da categoria juventude. Por reação, esses autores têm observado um distanciamento de características ‘institucionalizadas’ e a defesa da ‘autonomia’, o uso do corpo, dos ‘afetos’ e da ‘experiência’ como formação política. Ao pesquisar os encontros e ‘coletivos’ universitários organizados em torno da diversidade sexual e de gênero,

ainda no mestrado (LIMA, 2016), pude perceber que, no contexto dos coletivos universitários, tal crítica deu lugar a um processo de articulação entre múltiplas diferenças - relativas à diversidade sexual e de gênero e à raça - que se dava interna e externamente (no encontro com outros atores da universidade e de movimentos sociais fora dela)<sup>8</sup>. Os integrantes desses coletivos participam tanto de encontros de coletivos universitários, como de redes de coletivos de determinada identidade específica, do movimento estudantil, de partidos políticos etc.

<sup>4</sup> O Prouni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação em instituições de ensino superior privadas para estudantes com renda per capita máxima de três salários mínimos. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>>. Acesso em: 28 maio 2017.

<sup>5</sup> O Reuni foi criado em 2003 com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência no Ensino Superior, adotando uma série de medidas que incluíam a expansão física das universidades, o aumento do número de cursos, turnos e campi. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em: 07 set. 2015.

<sup>6</sup> A Lei de Cotas foi responsável por garantir a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades e institutos federais para alunos oriundos de instituições de ensino público, incluindo, nesse percentual, a subdivisão de cotas étnico-raciais (pretos, pardos e indígenas). Para uma análise mais elaborada acerca do processo de aprovação e luta das cotas raciais no Brasil, ver: LIMA, 2015; CARVALHO, 2006; RIOS, 2008.

<sup>7</sup> O processo de institucionalização, visto como a maior aproximação do movimento social com as políticas de governo, tem seu início ainda na década de 1990, com o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Contudo, a intensificação deste processo, ao qual as recentes mobilizações se põem em “oposição”, ocorreu na última década e meia com o início do governo Lula e durante o governo Dilma.

<sup>8</sup> Ainda no trabalho de campo para a dissertação, que buscou reconstruir a trajetória sócio-histórica do Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDS), iniciado em 2003 com última edição em 2016, pude perceber que, a partir dos anos 2010, o termo ‘coletivo’ passa a ser utilizado por todos os grupos que participavam do Encontro. Dito isso, assim como outras categorias que veremos durante o texto, ‘coletivo’ é o termo aqui utilizado por ser o empregado em campo pelos interlocutores.

Assim, os coletivos universitários tornam-se uma lente privilegiada para explorar as transformações nos movimentos sociais recentes, já apontada por um amplo conjunto de pesquisadores, apresentados acima. Além disso, a proliferação e articulação desses sujeitos políticos negros universitários, ou seja, do estudante negro que entra na universidade e se engaja politicamente neste contexto pós Lei de Cotas (2012), gera variados processos de produção de sujeitos políticos, de enquadramentos e de repertórios políticos, sobretudo no que tange às relações e diferenciações dinâmicas e múltiplas que se dão em relação aos vários “movimentos” em jogo – movimento estudantil, feminista, LGBT, negro, etc.

Isto posto, para analisar esse contexto, farei uso da proposta analítica de Carla Gomes (2018), que em tese sobre a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro, aponta a centralidade do corpo, das emoções e da experiência para além de “repertórios”<sup>9</sup>, isto é, também para a produção de “enquadramentos”. Para isso, ela aciona a definição de “frame”, ou seja, “enquadramento”, criado por Snow e Benford, com base no trabalho de Goffman, que afirmam que “frame é um esquema interpretativo que simplifica e condensa o ‘mundo lá fora’ através da pontuação e codificação seletiva de objetos, situações, eventos, experiências e sequências de ação em determinado ambiente presente ou passado” (SNOW; BENFORD, 1992:137). Além disso, para analisarmos o

momento recente em que se encontram os sujeitos dos coletivos, é necessário compreendermos que dado o conjunto de estruturas de oportunidades das décadas anteriores – como apresentados acima – podemos observar hoje um fluxo horizontal entre os diversos “movimentos sociais”, nos quais os “enquadramentos” ultrapassam seus limites. Portanto, além da proposta teórica analítica de Gomes (2018), este texto vale-se, para suas reflexões a perspectiva teórica proposta por Sonia Alvarez (2014), a qual afirma que estaríamos atualmente num momento de “sidestreaming”. Ou seja, que os coletivos e os sujeitos que esta etnografia apresenta se encontram num fluxo horizontal em que “enquadramentos” e “repertórios” de diversos movimentos circulam e são reformulados.

Além disso, levando em conta a afirmação dos interlocutores de que ‘os coletivos são as pessoas e a história dos coletivos também é a história deles próprios’, busco, por meio das narrativas dos sujeitos, analisar e refletir sobre as articulações deste grupo com os atores com os quais se relacionam e, por conseguinte, o processo de produção dos enquadramentos e repertórios políticos. Portanto, neste texto busca-se compreender como, na gestão cotidiana das diferenças e das múltiplas definições de coletivo, se constitui uma noção de ‘nossa forma de fazer política’, perpassada principalmente pela ‘interseccionalidade’ como enquadramento e pela gestão dos

<sup>9</sup>Repertório aqui é compreendido como o conjunto de táticas e estratégias mobilizadas como instrumentos políticos.

‘afetos’ e do uso do corpo como repertórios políticos. Destaco aqui, que o termo ‘interseccionalidade’ e ‘afeto’ surgem em aspas simples por serem compreendidos como termos êmicos. Segundo Jurema Werneck (2016) e grande parte dos interlocutores, ‘interseccionalidade’ é uma categoria de extrema importância para a análise social, gerada no bojo da teoria feminista negra. A autora afirma que apesar de ter sido cunhada por Kimberlé Crenshaw, em 2002, análises sociais interseccionais já estavam presentes em obras de feministas negras norte americanas e brasileiras, na década de 1980, como nas obras de Angela Davis ([1981]2016) e Lélia Gonzalez (1983). Já ‘afeto’ é compreendido a partir de um conjunto de produções – que se formam no campo da Antropologia das Emoções – o qual entende emoções e afetos como socialmente produzidos e um aspecto central para se entender o “nível macro da organização social” (COELHO, 2010). Ademais, as diferenças entre os diversos estados e universidades nos quais emergem os coletivos estudados demandam apresentar previamente o contexto mais amplo no qual eles estão inseridos. O Núcleo de Consciência Negra (NCN/UNICAMP), primeiro coletivo que abordarei, surgiu em 2012 e está inserido na Universidade Estadual de Campinas (SP), uma das últimas universidades a aprovar cotas no país (2017). Esta instituição mantém uma estrutura de auxílio permanência e moradia para estudantes considerados

de baixa renda<sup>10</sup>. Contudo, até 2016, apenas 14,5% dos estudantes ingressantes eram negros<sup>11</sup>. Além do NCN, não havia mais nenhum coletivo negro na universidade e a etnografia foi realizada durante as mobilizações para aprovação das cotas, ou seja, o grupo estava muito ativo. Durante esse tempo, havia aproximadamente 30 pessoas em seu grupo de Whatsapp, mas os participantes mais ativos eram cerca de 15.

A Frente Negra/UERJ, apesar de surgir em 2015, está inserida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que é pioneira na implementação das cotas, ocorrida em 2003. A UERJ, até 2019, contava com auxílio permanência e transporte para alunos de baixa renda, conquistado pelos estudantes, mas não dispõe de qualquer auxílio para moradia. Diferente do NCN/UNICAMP, a Frente não era o único coletivo negro da universidade ativo no momento da pesquisa (2017-2019), mas se apresentava como o único coletivo de ‘toda UERJ’, ou seja, discentes de toda UERJ poderiam compor o coletivo. Outra diferença foi que, ao procurar interlocutores-chaves que compunham a Frente Negra/UERJ, fui informada que o coletivo ‘praticamente não existia mais ou no máximo uma reunião aqui, outra ali’. Segundo os interlocutores, a desarticulação da Frente estava relacionada a um processo de ‘crise da UERJ’ que se intensificou ainda em 2016, que irei descrever em maiores detalhes. Para este momento, é importante ressaltar que as análises e reflexões

<sup>10</sup> Em todas as universidades apresentadas (UNICAMP, UERJ e UFBA), baixa renda é considerado quando o aluno tem renda per capita, por família, de até 1,5 salário mínimo. | <sup>11</sup> Informação obtida através de um documento interno produzido pelo NCN/UNICAMP. Não tive acesso a fonte.

acerca deste coletivo, correspondem, em grande parte, a informações retiradas das entrevistas com interlocutores.

O KIU! Coletivo de Diversidade Sexual da UFBA<sup>12</sup>, fundado em 2004, é um dos coletivos de 'diversidade sexual' mais antigos do país, em atividade. A Universidade Federal da Bahia (UFBA), além de manter cotas desde o vestibular de 2004, está localizada no estado mais negro do país e é reconhecida nacionalmente como um importante centro de pesquisas sobre relações raciais. Assim, pela composição discente da UFBA, o KIU! é formado majoritariamente por pessoas negras<sup>13</sup>. Além da histórica atuação do movimento negro na cidade, dentro da universidade e das cotas, a UFBA mantém auxílio permanência e moradia para os estudantes de baixa renda. Outra importante marca de diferenciação do KIU! é sua relação com o Partido dos Trabalhadores (PT). Todos os integrantes do coletivo com que tive contato eram filiados a este partido<sup>14</sup>.

Por fim, destaco que pelo caráter etnográfico do texto, as sessões subsequentes serão de apresentação de parte dos dados de campo recolhidos: primeiro no Núcleo de Consciência Negra da UNICAMP (NCN/UNICAMP), seguido na Frente Negra/UERJ e no Coletivo de Diversidade Sexual Kiu!/UFBA. Ao fim do texto, na sessão das considerações finais, irei tecer algumas correlações entre os coletivos e apontamentos analíticos. A organização narrativa foi assim definida, por

compreender a necessidade de uma ampla apresentação dos dados de campo, dado a incipiência ainda de pesquisas acerca da atuação política de negros universitários.

### **'O Núcleo de Consciência Negra da UNICAMP (NCN/UNICAMP) são as pessoas'**

O NCN/UNICAMP surgiu após a organização do evento nomeado "Quem Tem Cor Age", o qual teve como tema "Desmistificando o racismo à brasileira" e foi realizado na Unicamp em 2012. Segundo os relatos dos interlocutores, os dois primeiros anos do Núcleo (2012 e 2013) são colocados como um momento de formação e estabelecimento 'do que seria o Núcleo'<sup>15</sup>. O período seguinte, correspondente aos anos de 2014 a 2017 - ano de finalização da etnografia -, é retratado, por parte dos interlocutores, como um momento de reestruturação e

<sup>12</sup> Segundo interlocutores, este coletivo surge do desejo de ressignificar experiências, vistas como de violência, por isso, se chama KIU, termo usado de forma pejorativa em Salvador (capital do estado da Bahia/Brasil), como sinônimo de "viado" e "bicha".

<sup>13</sup> O quadro discente da UFBA contém 75,4% de negros (pretos e pardos). Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/cidade/74455,levantamento-aponta-que-756-dos-alunos-sao-negros-na-ufba>. Acesso em 06 março 2020.

<sup>14</sup> Segundo Tiffany, em entrevista realizada em 18 abril 2018, o KIU! contava com 50 pessoas, mas apenas 10 integrantes estavam ativos naquele momento. Não consegui obter o número de participantes da Frente Negra/UERJ enquanto o grupo estava ativo.

<sup>15</sup> Apesar de no material da tese ter explorado também esse momento inicial do Núcleo, para o presente texto irei me ater ao material etnográfico realizado entre 2016 e 2017 e as entrevistas dos integrantes que faziam parte do grupo nesta época.

por parte dos interlocutores, como um momento de reestruturação e estabelecimento 'do que é o' Núcleo, sendo esses dois tempos marcados pela busca de criar ali um 'espaço confortável'. Essa diferenciação é marcada muitas vezes pela entrada de determinadas figuras, como Taina Santos<sup>16</sup>. Taina, vinda de uma região periférica de São Paulo, 24 anos, afirmou que por incentivo da mãe chegou ao Pré-Vestibular Para Negros e Carentes (PVNC)<sup>17</sup> do Núcleo de Consciência Negra da USP (NCN/USP) e conseguiu entrar inicialmente para a UNESP em 2013, mas em 2014 trocou de curso e universidade, iniciando o curso de História na UNICAMP.

Durante a entrevista, ela contou que, em sua primeira reunião do NCN, em 2014, presenciou o debate acerca da participação, ou não, de pessoas brancas no grupo. Taina, naquele momento, vinha de uma 'experiência' de atuação no movimento estudantil da Universidade do Estado de São Paulo (Unesp) e da recuperação de um processo de 'depressão'. Em vista de seu processo de engajamento e atuação na Unesp, ela diz que ao chegar na UNICAMP buscava um lugar que se sentisse 'confortável para dar sua opinião'.

Em sua narrativa, Taina constrói uma relação direta entre a presença de 'homens' e 'pessoas brancas' e o 'sentir-se confortável' em um espaço onde 'possa dar sua opinião' e ser ouvida sem que sua marcação de gênero e raça sejam um impedimento.

Além disso, para ela, o ano de sua entrada no NCN, foi um momento de transição do Núcleo em razão da saída de 'pessoas antigas' e 'dos brancos'. Em paralelo a esse processo, ocorreu também uma aproximação de integrantes do Núcleo com o movimento negro de Campinas e de São Paulo, devido às mobilizações para a Marcha das Mulheres Negras, realizada em 2015<sup>18</sup>.

A Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver, realizada no dia 18 de novembro de 2015, levou 50 mil mulheres para Brasília <sup>19</sup>e se constitui como um marco no movimento não só de mulheres negras.

<sup>16</sup> Grande parte dos interlocutores pediu para manter seus nomes, por entenderem o trabalho como um documento e afirmarem serem 'agentes da história'. Mantenho os nomes dos mesmos também na etnografia em respeito ao seu pedido. Taina, no momento da entrevista (2018), se identifica como uma mulher preta e heterossexual.

<sup>17</sup> Em dissertação, Flavia Rios (2008) afirma que os PVNC além de contribuírem para a entrada de estudantes negros nas universidades públicas, torna-os um vetor direto de contribuição na constituição de coletivos negros universitários, a partir de seus debates internamente promovidos acerca da questão racial. Dessa forma, os PVNC, que passam a ser a principal forma de atuação política do movimento negro nos finais dos anos 1990 e início dos anos 2000, se tornam um ator central, não apenas pelo aumento inicial de jovens negros nas universidades, mas pela transformação no próprio movimento negro e na produção intelectual desenvolvida pelo engajamento e pesquisa desses jovens durante e após a graduação.

<sup>18</sup> Para mais detalhes do processo da Marcha, ver: LEMOS, 2016; FIGUEIREDO, 2018.

<sup>19</sup> Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-11/apos-dois-anos-da-marcha-mulheres-negras-continuam-mobilizadas-contra-racismo>. Acesso em 26 fev. 2020.

A Marcha foi o resultado da movimentação em todas as regiões do país por mais de três anos<sup>20</sup> e seus reflexos são observados não apenas na organização do NCN, mas em todo o conjunto da pesquisa.

Taina, por exemplo, passou a integrar a Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região, em que percebeu ali uma forte relação entre o processo de mobilização para a Marcha e o crescimento e interesse do Núcleo nos debates sobre feminismo negro. Ela disse:

A organização com a Marcha das Mulheres Negras foi uma coisa que a gente estava discutindo com as mulheres negras de Campinas e acabou ressoando no Núcleo, porque as meninas fizeram uma discussão na UNICAMP sobre o manifesto da Marcha das Mulheres Negras. Foi super legal' (Taina, entrevista em 10/10/18).

Na continuação da narrativa de Taina, ela afirma que a partir das discussões proporcionadas pela mobilização da Marcha de Mulheres Negras intensificou-se um desejo de formação em teoria feminista negra, o que, conseqüentemente, transformou o modo de se ver e pensar a atuação política, tendo impactos também na constituição do NCN como um 'lugar confortável'. Em outras palavras, para Taina, esse processo tornou o NCN 'mais feminista negro' e, por conseguinte, tornou-o um 'espaço confortável'.

Assim, o feminismo negro é visto, em campo, como um modo de repensar as práticas que reproduzem as formas de imposição, ou seja, um modo de atuação política que considera a 'diversidade dos integrantes'. Em muitos momentos,

durante falas públicas que pude acompanhar em campo, esse 'modo feminista negro' era sinônimo de uma 'atuação política interseccional', que é colocada como contraposição a uma forma político partidária, que não pressuporia o diálogo com as diferenças e a construção de um 'lugar confortável'. Bruno Ribeiro que ingressou no mesmo momento que Taina no NCN, afirmou em entrevista ser de uma região periférica da cidade de São Paulo, ex-estudante de um PVNC organizado no seu bairro, formando em ciências sociais pela UNICAMP e 'bicha preta'<sup>21</sup>. Durante a entrevista, ele corrobora a narrativa de um momento de transição no Núcleo com a formação de um 'lugar confortável', em que assinala a influência do feminismo negro nesta construção. Contudo, ele identifica a forma política da qual o Núcleo busca se diferenciar como uma forma 'velha' e 'atrasada'. Durante a entrevista, ele corrobora a narrativa de um momento de transição no Núcleo com a formação de um 'lugar confortável', em que assinala a influência do feminismo negro nesta construção. Contudo, ele identifica a forma política da qual o Núcleo busca se diferenciar como uma forma 'velha' e 'atrasada'. Ao perguntar o que seriam 'métodos velhos e atrasados', ele diz:

É uma forma de organização mais rígida[...]. A gente fica meio que se obrigando por causa de método e a gente não sai disso, não avança em relação a algumas questões. Ou não reconhece que nós somos pessoas diferentes, temos posicionamentos diferentes e que nem tudo a gente vai conseguir ter uma síntese, embora seja

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/09/E-book-Marcha-das-Mulheres-Negras-comprimido-20.09.16.pdf>. Acesso em 26 fev. 2020. | <sup>21</sup> Pude perceber durante a pesquisa que grande parte dos jovens negros gays se identificam como 'bichas pretas'. Segundo Megg Oliveira (2017) e Fábio Cordeiro (2019) o termo "bicha preta" é uma categoria identitária que surge, principalmente, no ambiente da internet, desde o ano de 2015.

um pouco raro. Mas nem tudo a gente vai ter uma síntese, e ok. O importante é que a gente vai construir a partir disso. Então eu achava que o núcleo era mais quadrado, quando eu entrei do que ele é hoje (Bruno, entrevista em 15/07/18).

Segundo Bruno e Taina, após todas as 'formações'<sup>22</sup> internas realizadas no núcleo, além da realização e organização de outras edições do *Quem Tem Cor Age* e da Plenária de Negros e Negras da Unicamp<sup>23</sup>, em 2014 e 2015, o Núcleo se transformou em um coletivo 'bem estruturado'. Nesse sentido, Taina afirma que com estas intensas mobilizações do NCN e a aprovação das cotas na Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, em 2015<sup>24</sup>, fortaleceu o movimento da luta pelas cotas na graduação, o que, em conjunto com reivindicação contra cortes orçamentários na universidade, se constituiu como um momento de efervescência que desembocou em uma greve geral na UNICAMP, no primeiro semestre de 2016<sup>25</sup>. Todos os integrantes do NCN com quem pude conversar afirmaram que colocar a pauta das cotas raciais como primeira reivindicação da greve foi um processo de disputas com o movimento estudantil<sup>26</sup>. Assim, naquele momento, o NCN entra como um dos principais mobilizadores da greve, junto com a Frente Pró Cotas<sup>27</sup>, e seus integrantes passaram a participar ativamente de assembleias estudantis e outras instâncias universitárias. A participação nesse espaço de deliberação, antes visto com aversão pelos integrantes do coletivo, acirrou debates entre o Núcleo e o modo de

fazer política 'velho e atrasado', o qual, em razão do debate em questão – as cotas – também passou a ser visto como um modo de fazer política 'branco'.

<sup>22</sup> A ideia de 'formação' aqui se refere ao processo de realizar leituras de teóricos negros que abordem, principalmente, a 'questão racial', coletivamente. Entretanto, aqui a 'questão racial' não está isolada de 'questões de gênero e sexualidade', o que faz com que teóricas feministas negras sejam as autoras mais lidas.

<sup>23</sup> A Plenária é uma evento convocado pelo NCN com intuito de reunir todas pessoas negras da universidade, que estejam vinculadas a movimento ou não. O objetivo da Plenária é repassar para a comunidade negra as ações do NCN e tentar obter as pautas e demandas.

<sup>24</sup> Em tese, sobre a implementação de ações afirmativas na pós-graduação, Anna Carolina Venturini (2019) apresenta uma análise detalhada deste processo entre 2015-2018. Segundo a autora, em 2015 apenas a UNEB (em 2012), UFG e UFPI (em 2015) aprovaram resolução de ação afirmativa na pós-graduação. Em 2016, houve aprovações em mais duas universidades, já em 2017, 14 universidades implementaram esse critério para seleção da pós-graduação. Nesse período, houve também aprovação das ações afirmativas em programas de pós-graduação, como de Antropologia Social na UFRJ, em 2012, apesar de não ter se tornado uma política da universidade. A autora afirma que um dos aspectos para aprovação das ações afirmativas, além de iniciativa própria do colegiado, foi em cumprimento a uma lei estadual – como no caso das universidades cariocas, em 2014 – e por editais de incentivo da Fundação Ford e da Fundação Carlos Chagas (FCC) (VENTURINI, 2019).

Em 2016, o orçamento da UNICAMP sofreu um corte de 40 milhões, além do reajuste salarial dos servidores ser proposto abaixo da meta. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2016/07/estudantes-desocupam-reitoria-da-unicamp-apos-59-dias-de-protesto.html>. Acesso em 26 fev. 2020.

<sup>26</sup> As cotas aprovadas na UNICAMP preveem além da reserva de vagas com entrecruzamento entre ensino público, renda e declaração racial, a reserva exclusiva para autodeclarados pretos e pardos, assim como o vestibular indígena. Esse aspecto é considerado um avanço na Lei de cotas, por parte do movimento e de intelectuais sobre o tema.

<sup>27</sup> A Frente Pró-Cotas (FPC) foi um grupo criado, também em 2012, com intuito de focar exclusivamente na luta e aprovações das cotas na UNICAMP. A criação de dois coletivos distintos foi devido a presença de pessoas no NCN que eram contra as cotas e o interesse de pessoas brancas em compor o coletivo. Assim, a FPC era formada por grande parte dos integrantes do NCN e outros discentes que se identificavam como brancos. Para uma análise mais detalhada acerca deste coletivos e sua interação com o NCN, ver: INADA, 2018; LIMA, 2020.

Ou seja, que reproduziria o ‘racismo na esquerda’ e a ‘branquitude’. No trecho abaixo da fala de Taina, podemos compreender a relação:

A gente não é estudante, a gente é o núcleo [...]. Eu não me considerava do movimento estudantil, e eu sinto que as pessoas do núcleo também tinham muito incômodo. Mas a gente começou a perceber que, por exemplo, a gente ia nas assembleias e as pessoas tinham medo de discutir com a gente com medo de ser acusado de racista. Várias coisas assim. Ou ficar menosprezando a gente porque a gente era negro e queria colocar alguma questão racial. Aí começou a surgir esse debate de racismo na esquerda, branquitude, porque a gente estava tendo muitos incômodos, e fizemos várias rodas de conversa aqui (Taina, entrevista em 10/10/18).

Assim como outros integrantes do NCN, Taina afirma que no processo de diálogo com o movimento estudantil, o primeiro movimento de diferenciação foi se autodenominar como ‘núcleo’ e não como ‘estudante’. O segundo ponto de diferenciação ocorreu após o diagnóstico do ‘racismo na esquerda’ e da ‘branquitude’. Nesse sentido, recusar ou ‘menosprezar’ a fala de um estudante negro durante os debates surge como um dos métodos identificados como do movimento estudantil e comum em ‘toda a esquerda’. Assim, os conflitos e ações passam a operar na chave do “racismo institucional”<sup>28</sup> e são categorizados como ‘racismo da esquerda’ e ‘branquitude’. Portanto, os conflitos marcados entre o Núcleo e o movimento estudantil, docentes ou qualquer ator não negro eram colocados no nível da compreensão do racismo. Em outras palavras, as exposições discordantes ou formas de operar o diálogo utilizadas

pelos atores brancos na disputa eram tomadas como um ‘reflexo estrutural do racismo’, e, assim, fazia-se necessário não um debate focado na ação do indivíduo ou do grupo em si, mais da ‘estrutura histórica que constituiria aquelas ações’, ou seja, sobre o ‘racismo na esquerda’ e a ‘branquitude’.

Apesar dos dois termos surgirem durante o trabalho de campo nas falas dos interlocutores, a noção de ‘branquitude’ esteve presente durante a etnografia em todos os coletivos e eventos dos quais participei.

“Branquitude”, como um conceito analítico, foi cunhado pelo critical whiteness studies, derivado dos Estados Unidos, na década de 1990. Segundo Tânia Muller e Lourenço Cardoso (2018), o conceito de “branquitude” visa a teorização da “identidade racial branca” e as análises acerca do “lugar do branco numa situação de desigualdade racial”. Ainda segundo o autor, “branquitude” é compreendida como uma ficção, assim como raça, mas é tão poderosa quanto esta no cotidiano da realidade social. Entretanto, ‘branquitude’ surge no campo como uma categoria êmica para classificar ações e falas vistas como comumente reproduzidas por pessoas brancas. Além disso, o termo surge também como meio de marcar o branco também como sujeito racial, e por isso ‘obrigado’ a pensar também o que seria ‘ser branco’. Assim, foi comum durante o trabalho de campo, nos diversos coletivos, observar que, a frente de um conflito com grupos mistos – com pessoas que se autodeclaram negras e

<sup>28</sup> No contexto brasileiro, Sergio Guimarães (1999) observa que, a partir de 1960, as ciências sociais passaram a se distanciar da ideia de que as desigualdades raciais são produtos de ações individuais para um “esquema interpretativo conhecido como racismo institucional”. Dessa forma, os mecanismos de discriminação passam a ser vistos como operativos do sistema social. Nesse ínterim, Laura Lopes (2012) afirma que foi no contexto dos anos 1990 e com maior intensidade nos anos 2000, dado o crescimento do diálogo entre organismos estatais e o movimento negro, que “o conceito de racismo institucional” emerge como organizador de uma nova pauta de ações que possibilitam a mobilização e o processo de elaboração de políticas públicas de promoção à igualdade racial”.

brancas – ou formados por pessoas que se autodeclaram brancas, o termo ‘branquitude’ era usado como forma de acusação, em frases como ‘precisamos discutir sobre branquitude’ e ‘vocês (brancos) precisam discutir sobre branquitude’. Com isso, a categoria muitas vezes era utilizada como acusatória, assim como os termos ‘branco’ e ‘branquice’ - este último muito utilizado para marcar ações vistas como específicas de pessoas brancas. Nesse ínterim, a centralidade do corpo surge tanto nas relações com os diversos atores quanto na construção da coletividade. Desse modo, com objetivo de compreender a centralidade da ‘interseccionalidade’, dos corpos e do ‘afeto’ nas dinâmicas diárias para a ‘nossa forma de fazer política’, trago um trecho da entrevista de Taina que ilustra tais pontos. A saber:

O corpo é um território, a partir desse território que você pode reconstruir sua identidade, suas questões, sua identidade, é, política, não só identidade política, você pode reconstruir a sua identidade e tipo assim, se a gente for pensar o que que é o Núcleo de Consciência Negra da UNICAMP. O Núcleo de Consciência da UNICAMP são pessoas, a gente não tem uma sede, a gente não tem nada, a gente tem uma página no Facebook, que não é nada também, é um mundo virtual,.. a gente não tem nada, a gente não tem um espaço físico, a gente tem nossos corpos, certo? Esses corpos em movimento, esses corpos se movimentando, mas não só se falando, conversando, debatendo, se expondo, que foi ruim, mas também tem a parte boa que é isso que eu tô falando.. esses corpos em movimento ressoa em outros corpos, ou seja, a comunidade negra na UNICAMP aumentou não só porque o Núcleo aumentou, mas porque isso fez eclodir outros grupos de negros na universidade e também outras pessoas negras começaram a se identificar e se apresentar também, tipo, enquanto negros, enquanto pessoas que tão interessadas em fazer esse debate, então assim, é, o que que é um território político, né, que a gente tá debatendo? Que esse debate a gente tá querendo colocar hoje dentro do movimento

estudantil. O que que é politizar a universidade? É você politizar só o espaço público ou você criar uma condição pra que as pessoas reformulem suas identidades e politizem seus próprios corpos? (Taina, entrevista em 10/10/18).

Compreender o Núcleo como um ‘espaço seguro’, de ‘acolhimento’ e ‘confortável’ faz com ele ultrapasse os momentos de reunião ou os momentos de disputas políticas. A ideia de lugar, aqui, não contém um pressuposto de espaço físico fixo, uma vez que ‘os coletivos são as pessoas’, e a presença das pessoas já constitui esse ‘lugar’. Em outras palavras, os coletivos se expandem para além de uma ideia de espaços políticos marcados por um tempo de reunião e determinadas ações. Os coletivos, então, compreendem também cada encontro entre os seus integrantes, seja para comer, conversar, beber, ou seja, no cotidiano. Dessa forma, segundo a fala de Taina, a ‘nossa forma de fazer política’ seria aquela que, a partir dos encontros cotidianos, fortaleceria as diversas subjetividades, mas que para isso seria necessária uma constante ‘formação’ na qual a teoria feminista negra se faz central.

Além da centralidade da ‘interseccionalidade’ e da gestão dos ‘afetos’, no trabalho de campo e nas entrevistas, pode-se observar um outro ponto de diferenciação relacionada à estratégia política que esses sujeitos acionam. As disputas institucionais realizadas são aquelas que interessam à melhoria da ‘vida do estudante negro na universidade’. Assim, não há um completo rechaço à ocupação de

de espaços institucionais na universidade, pelo contrário, entra-se nas disputas para a ocupação de cadeiras em Conselhos, ou em espaços onde serão votadas questões relacionadas a alimentação, moradia, mobilidade e qualquer outro tipo de auxílio que sejam vistos como essencial para a vida de estudantes negros, que também muitas vezes são pobres, na universidade.

Como exemplo, durante as mobilizações pelas cotas, em 2017, o NCN, em conjunto com a Frente Pró-Cotas, compuseram uma 'chapa' nomeada Bloco da Periferia para concorrer a duas vagas no Conselho Universitário. A decisão para a inscrição da 'chapa' na eleição deveu-se ao fato de o espaço do Conselho ser o local em que seriam votadas as cotas para graduação e os estudantes então eleitos teriam direito a voto e voz. Desse modo, a disputa política desses sujeitos na universidade se estabelece na estratégia de lutar pelas 'necessidades dos estudantes negros', como afirmou um dos integrantes do NCN/UNICAMP.

### **'Aqui é nós por nós!': a formação da Frente Negra da UERJ**

A Frente Negra/UERJ foi fundada em 2015, durante a ocupação estudantil ocorrida naquele ano. Apesar da recente criação da Frente, ela está localizada na primeira universidade que aderiu às cotas no país. Assim, vale destacar, que as mobilizações deste coletivo são perpassadas pelo amplo histórico da

atuação de estudantes negros na universidade e pela UERJ ser vista, nacionalmente, como palco de reunião da luta pela inclusão no Ensino Superior no Brasil<sup>29</sup>.

Ayie TiEso, graduando em Ciências Sociais, integrante da Frente Negra/UERJ, no momento da entrevista (2019) diz ser 'bicha preta', 'não binária', 'com deficiência', candomblecista e que recebeu esse nome de sua Mãe de Santo<sup>30</sup>. Durante a entrevista, ele relata que a Frente Negra/UERJ surge de um desdobramento da então criada Frente Negra nas Ciências Sociais que teve como objetivo debater e pressionar o corpo docente para discussões acerca do currículo acadêmico. Após uma sequência de 'casos de racismo e professor sendo racista', segundo Ayie, um grupo de alunos do curso de Ciências Sociais se organizou para pressionar e exigir a criação de uma disciplina sobre questões raciais no currículo do curso, com a justificativa de aplicação da Lei 10.639/2003. Contudo, o que era uma mobilização para a criação de uma disciplina se limitou, segundo ele, à contraproposta de um 'seminário', sob a justificativa de 'não ter professores capacitados na área de relações raciais no quadro de docentes'. Além das questões apresentadas por Ayie, Suzan Stanley, também integrante da Frente Negra, graduanda em Ciências Sociais, mulher negra heterossexual, no momento da entrevista (2019), afirma que a Frente Negra surgiu de 'fato' com a 'ocupação da UERJ, em 2015, por um medo de perder os auxílios

<sup>29</sup>No texto da tese (LIMA 2020), do qual deriva esta etnografia, apresentei um pouco o cenário de mobilização de estudantes negros na UERJ logo após a aprovação das cotas, ainda no início dos anos 2000. Para mais ver: LIMA, 2020; FERREIRA, 2018; LIMA, 2015.

<sup>30</sup>Apenas alguns interlocutores informaram sua religião no momento da entrevista. Utilizo o artigo no masculino para se referir a Ayie, em concordância ao utilizado por ele mesmo durante a entrevista.

universitários e por um sentimento de não representação na ‘galera de esquerda’. Ela afirma:

Outras pessoas vão ter outra ideia sobre o surgimento, mas essa é minha ideia mesmo. Que a Frente surgiu na ocupação de 2015. As demandas da universidade começaram a ficar muito latentes para a gente. Naquele momento ficou muito claro que poderíamos perder o mínimo que tínhamos conseguido. Bilhete universitário, bolsa, até as próprias cotas mesmo. Rolou a ocupação. Aí começamos a observar o movimento social dessa galera mais profissional. Dessa galera de esquerda. E aí a gente começou a não se ver ali. A gente queria fazer parte da ocupação, das futuras mudanças, mas a gente não se via naquele grupo. Psol, PSTU, PT. A gente tinha consciência de que não fazíamos parte daquele grupo. A gente se reuniu, uma galera e um pessoal do Direito também, porque logo no início ficamos preocupados com a nossa integridade física mesmo. Aí a gente começou a pensar formas de estar e pautar o que achávamos necessário, pela nossa perspectiva. Somos pessoas negras e é isso (Suzan, entrevista em 12/12/18)<sup>31</sup>.

As narrativas sobre o momento de surgimento da Frente variam, entretanto, se encontram na afirmação do fortalecimento do grupo como um meio de ‘lutar pelas garantias de permanência dos estudantes negros’. Na sequência dos acontecimentos protagonizados pela Frente Negra e tidos como chave pelos interlocutores, a atenção para o conflito com o movimento estudantil entra em cena novamente. A ‘treta’, como nomeada por eles, teve como fundo a votação para a representação no Conselho Universitário, que acabou com a impugnação do processo pela ausência da ‘chapa’ formada pela Frente Negra na cédula de votação.

Aqui podemos observar, mais uma vez, como as estratégias de disputa pelas

instâncias universitárias se diferenciam daquelas identificadas como sendo do movimento estudantil. Assim como o NCN/UNICAMP, a Frente decide concorrer a vagas no Conselho Universitário, e não no Diretório Central dos Estudantes (DCE), visto que seria no Conselho onde se votaria acerca da permanência estudantil, que estava sofrendo recorrentes cortes na época. Contudo, por uma ‘treta’, onde o nome da ‘chapa’ da Frente é retirada da cédula de votação, o coletivo não consegue concorrer. Este caso foi visto como uma ‘reprodução do racismo da esquerda’ – ou do movimento estudantil. Entretanto, os interlocutores relatam que, pela dimensão da crise da UERJ – que no início de 2017 suspendeu o ano letivo, além dos funcionários terceirizados, os técnicos, professores da universidade ficaram sem receber seus salários e os estudantes suas bolsas por meses<sup>32</sup> – não foi possível manter nenhum tipo de articulação, pois os estudantes não tinham o ‘dinheiro da passagem’. Assim, a desarticulação da Frente, resultado da falta de pagamento do auxílio aos estudantes, reforça suas leituras estratégicas acerca das disputas institucionais objetivadas nas ‘necessidades dos estudantes negros’, pois só assim seria possível realizar algum tipo de organização e mobilização política. Apesar dessas disputas colocadas, Ayie conta que, durante a ocupação, foram organizados diferentes debates sobre diversos temas que perpassavam a

<sup>31</sup> Para mais informações acerca do processo que gerou e as mobilizações durante o que foi considerada a maior “crise da UERJ”, ver: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/01/11/Como-a-Uerj-chegou-%C3%A0-maior-crise-de-sua-hist%C3%B3ria.-E-quem-%C3%A9-afetado-por-isso>. Acesso em 28 nov. 2019. <sup>32</sup> A crise da UERJ que se iniciou em 2015 e teve seu auge em 2017, foi um reflexo do que se acredita ser uma política de estado onde se desestrutura as instituições de ensino para sua possível privatização. Além disso, a crise da UERJ foi vista, por parte dos interlocutores, como um aspecto do racismo, pela universidade ser a mais “diversa” do estado e a primeira a ter aprovado cotas. Para mais informações, ver: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/01/11/Como-a-Uerj-chegou-%C3%A0-maior-crise-de-sua-hist%C3%B3ria.-E-quem-%C3%A9-afetado-por-isso> e <https://exame.abril.com.br/brasil/uerj-o-simbolo-da-crise-sem-fim-do-rio/>. Acesso em 26 fev. 2020.

temática racial. Além das mesas e rodas de conversa, Vinícius Pereira, outro integrante da Frente que no momento da entrevista se apresenta como 'bixa preta', estudante de História e de Caxias/RJ – uma cidade periférica na região metropolitana do Rio de Janeiro –, afirma que a Frente Negra realizava 'formações' e leitura de textos. A partir das falas de Vinícius e outros interlocutores acerca das 'formações', podemos perceber que os textos escolhidos estavam voltados para reflexões acerca do processo de 'o que é ser negro'. Contudo, os caminhos teórico-políticos de cada grupo são diversos, por exemplo, por uma relação com outros coletivos negros do Rio de Janeiro com os quais a Frente Negra dialogava, parte de suas formações tiveram foco e alguns integrantes passaram a integrar o grupo Afrocentricidade<sup>33</sup>.

Durante a entrevista com Ayie, a sua participação no Afrocentricidade foi narrada em diversos momentos. Ayie afirma que sua saída do Afrocentricidade foi pela 'ausência do debate da sexualidade, e também da sua deficiência'<sup>34</sup>. Ou seja, de uma reflexão acerca de um todo completo de sua subjetividade. Na sequência da narrativa, afirma que não se deve descartar completamente esta perspectiva, pois ela dá sentido para a vida de muitas pessoas. Contudo, faz uma forte crítica aos usos que a teoria afrocêntrica faz de feministas negras, por exemplo. Ele afirma que o principal embate desta

teoria é com a teoria interseccional, o que para ele não é nada produtivo. Ele diz:

É disputa mesmo de narrativa[...]. Não dá pra pegar esse debate mais africano e dizer que ele não tem sentido ou botar ele numa caixinha de que é reacionário e ponto. Ele dá sentido a uma série de vidas e trajetórias[...]. Só que eu acho também que não dá pra você virar e falar que feministas pretas da década de 60, por exemplo, são descartáveis e superadas. Eu não acho que a gente, enquanto pessoas pretas, vai estar construindo uma sociedade boa pra gente nesse lugar de uma dicotomia entre nós tão profunda (Ayie, entrevista em 10/11/18).

Nesse sentido, podemos perceber que, no campo de atuação dos coletivos negros universitários, é acionada uma gama complexa de atores e de teorias que formam o que nomeio, a partir da fala dos interlocutores, como 'nossa forma de fazer política'. Além dos diversos atores, como movimento estudantil, academia, movimento feminista, movimento LGBT e de mobilização e movimentações realizadas pelos coletivos, são acionadas diversas teorias que estão em conflito também no interior do campo dos estudos e ações das relações raciais. Desse modo, podemos afirmar que o conjunto dos coletivos em sua diversidade transforma também propostas reflexivas e de atuação para dentro do movimento negro, dentro e fora da universidade. Além disso, fortalece campos de estudos que não são tão comuns no Brasil, que exige uma reflexão mais aprimorada e complexa da produção intelectual. Assim, as narrativas dos interlocutores da Frente Negra se encontram com aspectos apontados no coletivo negro da

<sup>33</sup> Assim como branquitude, afrocentricidade é uma linha teórico-política ampla e complexa que não poderia ser limitada a explicações simples e objetivas. O conceito foi muito desenvolvido no Brasil por Abdias Nascimento e propõe a centralidade da questão racial como método político-científico. Para mais, ver: NASCIMENTO, 2002. | <sup>34</sup> Ayie sofreu um acidente com 13 anos que o gerou uma deficiência no quadril e nas pernas.

UNICAMP: num primeiro momento, se relata a importância de considerar a diversidade dos atores do coletivo, seguido pelo fortalecimento de uma identidade do coletivo no encontro com a 'branquitude' e, por fim, a importância da formação teórica-política e a diversidade destas teorias dentro desses espaços. Além desses pontos, algo que perpassa como central é a noção da construção de um 'lugar confortável'. Nas narrativas dos interlocutores da Frente, o 'afeto' toma o espaço que 'confortável' tem para os integrantes do NCN/UNICAMP. Para compreendermos a 'nossa forma de fazer política' da Frente Negra, no cenário de extremos cortes e ausência de auxílios básicos, faz-se importante notar que o 'afeto' entre os integrantes é elemento essencial para o decorrer do processo de atuação política e também para o momento posterior, onde a maioria deles mantém intensas relações de amizade, mesmo com a relativa desmobilização da Frente Negra. Trago abaixo um trecho da entrevista de Vinícius que sintetiza essa questão de uma 'política com afeto'. Ele diz:

Acho que a Frente Negra esteve nessa situação porque a gente estava ali vulnerável, sem grana e tal. Mas a gente também precisava fazer alguma coisa. Não dava pra gente ficar em casa esperando as coisas melhorarem, sem grana. Então, também tinha essa coisa do cuidado e da cura, que estava ali na luta e que também é a cura. Porque a quantidade de afeto que a gente acaba trocando por entender o tamanho do role também é uma coisa que é interessante quando a gente vai pensar pessoas pretas. Até por isso, de ser negado também o afeto. Mas era uma coisa do abraço, de troca e ajuda com a grana do bandejão, de passagem, que é uma coisa que acontece até hoje que a crise tá pesada. Um paga a passagem do outro, dá o dinheiro do bandejão, aí até cair a bolsa o outro paga, ou

não precisa também, paga em outra situação. Tem essas coisas meio comunitárias entre os pretos pra poder a parada rolar. Porque também, se não rola isso, é muito mais complicado estar. Eu vi isso, e eu agradeço por ter tido pessoas que tiveram essa sensibilidade, sabe? Porque seria muito muito muito mais complicado (Vinícius, entrevista em 12/12/18).

Contudo, a noção de 'política com afeto' não surgiu apenas nas entrevistas e nos momentos de reuniões internas do coletivo. A noção de 'afeto' era colocada muitas vezes como definidor da 'nossa forma de fazer política' em falas públicas. Para compreendermos essa afirmação, trago um relato de campo que ocorreu durante o primeiro semestre de 2019 e reuniu novamente integrantes da Frente Negra. O processo se inicia a partir de uma mobilização, convocada inicialmente por um grupo de mulheres negras do Rio de Janeiro em defesa das cotas raciais na UERJ. A mobilização foi devida a uma resposta ao Projeto de Lei (PL) protocolado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) por um deputado do Partido Social Liberal (PSL), que defendia o fim das cotas raciais na UERJ. A reunião, que encheu uma sala de aula da pós-graduação do Direito da UERJ, contou com a participação de integrantes do movimento estudantil da universidade, da Frente Negra, de outros coletivos negros da universidade, servidores da UERJ, representantes de mandatos de deputadas negras eleitas pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em 2018, cursinhos populares, outros conjuntos de organizações negras ou não e pessoas independentes. Logo no início, a mobilização aderiu à

estratégia da realização de uma Audiência Pública para debater sobre o PL com ‘toda comunidade da UERJ’. A ALERJ, vista como um lugar ostensivo para pessoas negras, foi negada como local da Audiência e esta, então, foi realizada em Junho (2019), na Capela Ecumênica da UERJ. O conjunto de organizações presentes na primeira reunião esteve também presente nas falas e na plateia da Audiência Pública que estava lotada. A mesa da Audiência, convocada e formada pelas três deputadas estaduais – negras eleitas em 2018 pelo PSOL –, foi dividida também com deputados do PSL: um que propôs o PL e seu aliado, que apareceram no início da audiência e sentaram à mesa. A Audiência foi marcada por um clima de tensão e enfrentamento, em que a figura do deputado que, além de protocolar o Projeto de Lei para o fim das cotas raciais, tinha ganhado visibilidade durante sua campanha eleitoral por ter quebrado uma placa com o nome Marielle Franco, estava ao lado de três deputadas que antes eram assessoras e amigas de Marielle<sup>35</sup>.

Em todas as falas estava contida a denúncia da ‘falsa democracia racial’, do ‘racismo estrutural’, do ‘genocídio da população negra’ e a apresentação de dados produzidos sobre ‘o benefício das cotas’. Além da defesa dessas pautas, tidas como diferenciadores em relação aos deputados do PSL, o ‘fazer a política com afeto’ esteve presente também em grande parte das falas. ‘Nós fazemos política com afeto e com cuidado’ foi

uma das frases ditas durante audiência pública por Dani Monteiro, uma das deputadas negras do PSOL. A ‘política com afeto’ também surgiu nas falas de representantes do movimento estudantil e dos coletivos negros. Arrisco dizer que o ‘afeto’ era defendido como a principal e mais forte diferenciação na dicotomia “nós” e “eles” ali presente. Isso nos mostra que o ‘afeto’ surge em campo também nas falas públicas e não só no campo dos coletivos, sendo constantemente acionado nas falas de representações negras consideradas ‘institucionalizadas’. O ‘afeto’ surge em campo não apenas como ato, mas também como estratégia política, que na fala pública se torna o principal marcador de diferença.

Podemos observar, portanto, que as narrativas dos interlocutores da UNICAMP e da UERJ, formam pontos de aproximação nas estratégias políticas entre os coletivos. Outro ponto de conexão entre eles diz respeito à oposição estratégica ao que é lido como movimento estudantil ou movimento partidário, esta oposição marcada principalmente pela diferenciação em lutar pelas ‘necessidades dos estudantes negros’.

### **‘O KIU! é um movimento social dentro da universidade’**

O KIU! surge com o objetivo de reunir ‘os viado e sapatão da universidade’, também faz ‘formações’ e, apesar de ter começado em 2004, desde o início,

<sup>35</sup> Marielle Franco era vereadora do Rio de Janeiro quando foi brutalmente assassinada em março de 2018. Para maiores detalhes do caso ver: <https://anistia.org.br/?no-high>. Acesso em 09 março 2020.

segundo os interlocutores, o coletivo era preocupado em ‘fazer política pela diversidade’<sup>36</sup>. Apesar de em campo aparecer uma oposição entre ‘política institucionalizada’ e ‘política via experiência’(LIMA, 2016; 2020), o coletivo, formado majoritariamente por negros/a, é composto até hoje (2020) por pessoas filiadas ao PT, que também atuam no movimento estudantil e disputam o movimento LGBT por meio de sua participação no Fórum LGBT Baiano<sup>37</sup> e na Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABLGBT)<sup>38</sup>, por exemplo. Tiffany Conceição, durante entrevista (2018) indica seu local de origem uma região periférica em São Francisco do Conde/BA, além disso, diz ter entrado na graduação no Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Naturais, em 2016, na UFBA e se identifica como ‘bicha preta’. No momento da entrevista disse estar ‘nos corres do movimento estudantil, do movimento social, pautando as lutas que acho importante, as lutas que eu entendo enquanto marcadores importantes das minhas vivências, das vivências dos meus semelhantes’<sup>39</sup>. Tiffany diz ter entrado nos coletivos que constrói quase que ‘no automático’, por suas relações com o PT e com ‘pautas, como a LGBT e a questão racial’, que para ela já eram importantes dada sua ‘vivência’. No entanto, ela conta que entra no KIU! pelo desejo de se ‘movimentar dentro do movimento LGBT’. Em suas palavras:

O Kiu!, quando eu entrei [na UFBA], sempre foi uma coisa que eu almejei. Me movimentar dentro do movimento LGBT. O Kiu! se organiza de uma maneira bem aberta por ser um coletivo do movimento social [...]. Por ser um coletivo de movimento social, se entende que a perspectiva partidária institucional é importante, mas que nem todo militante tem a obrigação de estar organizado em algum partido, ou que seja organizado no PT<sup>40</sup> (Tiffany, entrevista em 18/04/18).

Durante o trabalho de campo, pude acompanhar um seminário que sintetiza essa noção do KIU! como um ‘movimento social’, o que estava presente também nas falas de todos os integrantes do coletivo com os quais pude conversar. Apesar do coletivo ser formado por estudantes universitários, ele é auto identificado como um ‘movimento social que se articula no campo do movimento LGBTI’. O Seminário Construindo a Política LGBT foi convocado pelo Laboratório Interdisciplinar de Política LGBT da Universidade do Estado da Bahia (LABI/UNEB)<sup>41</sup> e realizado em dezembro de 2017, na cidade de Lauro de Freitas/BA<sup>42</sup>.

<sup>36</sup> Apesar de ser o coletivo mais antigo, no recorte etnográfico, dado os limites deste texto, irei me ater às narrativas de interlocutores que compunham o coletivo durante a etnografia (2017-2018).

<sup>37</sup> O KIU! integra o Fórum desde 2007 o qual se estabeleceu como local para reuniões de diversas entidades e grupos de movimento LGBT da Bahia. Segundo Ribeiro (2013), em 2013, a entidade era composta por mais de 50 grupos de todo estado da Bahia. Com participação ativa no Fórum, durante todos esses anos, o KIU! compôs e participou de conselhos estaduais, assim como conferências LGBT estaduais e nacionais, em 2008 e 2011.

<sup>38</sup> A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) foi criada em 1995 e hoje é considerada a maior associação LGBT da América Latina, com mais de 200 organizações associadas.

<sup>39</sup> Tiffany, entrevista em 18/04/18.

<sup>40</sup> Durante todo o tempo da etnografia não conheci nenhum integrante do KIU! que não fosse vinculado a alguma tendência interna do PT.

<sup>41</sup> O LABI é vinculado ao Diadorim, também da UNEB. Disponível em: <https://www.facebook.com/nugsexdiadorim>. Acesso em 09 jan. 2020.

<sup>42</sup> Foi dito durante o evento que o Seminário foi realizado em Lauro de Freitas e não em Salvador para que pudesse ser utilizado politicamente pelo governo do estado (PT) e não pela prefeitura de Salvador – na época comandada por ACM Neto (DEM).

O seminário contou com convidados de vários estados, representantes de secretarias governamentais, instituições de ensino e organizações de movimento social, onde o KIU! se colocava. Durante os três dias do Seminários, as mesas, Grupos Temáticos (GT) e debates informais giraram em torno da construção de uma política LGBT nacional, 'já que agora não estamos mais no governo' – dado o impeachment da presidenta Dilma, em 2016 –, como disse Symmy Larrat presidente da ABGLT<sup>43</sup>. Cabe registrar, que pela idade dos meus interlocutores e por serem filiados ao PT, durante toda sua trajetória de militância eles 'estiveram no governo'. Assim, era comum ouvir que estava-se 'reaprendendo a fazer política', já que agora não existia mais 'o diálogo com o governo' e nenhuma possibilidade de financiamento para projetos e trabalhos sociais. Entretanto, esse processo não era colocado como algo difícil, já que 'as bichas, as travas e as sapas sempre resistiram com governo ou sem governo', como disse um dos interlocutores durante este Seminário. Retomando a narrativa de Tiffany, se para ela o KIU! seria o grupo identificado como o meio de atuar no movimento social, os outros dois coletivos que ela compõe recebem outras justificativas, ou seja, a Quilombo<sup>44</sup> surge como o meio de atuar no movimento estudantil partidário e a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN) no movimento negro. Ela relata:

Por se organizar dentro do movimento estudantil, entender que a universidade vem mudando a sua cara, a gente se organiza pra além do debate racial, pra além do debate da educação, a gente se organiza em outras formas de debate. Sempre que a gente é convidado pra fazer algum debate político, a gente sempre está construindo debates que voltem pra pauta da interseccionalidade. Porque, como eu falei, pessoas que constroem o KIU!, também constroem a Quilombo. Então, a gente meio que articula o mesmo debate político, apesar do KIU! ser um movimento social e o Quilombo ser movimento estudantil. Dentro do CONEN, a pauta racial é muito forte, muito forte, muito forte[...]. Dentro do movimento negro, há uma carência muito grande de outros debates pra além da questão racial, porque há pessoas que são afetados apenas por isso. Movimento negro ainda é comandado por homens negros que são afetados, homens negros heterossexuais, que são afetados com o racismo como grande opressor e que acham que esse debate é o único importante. A juventude vem tentando mudar um pouquinho disso, a gente vem tentando se articular politicamente com outros coletivos, com outros militantes que não se organizam em coletivos, pra que a gente possa pautar outras demandas[...]. Essa questão geracional é uma coisa sempre muito presente[...]. As pessoas ainda não entenderam que a gente tem muito conhecimento, sim, porque a gente está tendo acesso através da internet, das redes sociais, dos debates políticos dos autores (Tiffany, entrevista em 18/04/18).

O Coletivo Quilombo constrói a Esquerda Popular Socialista (EPS), tendência interna do PT. Apesar do nome, o coletivo não é restrito a pessoas negras e se identifica como um coletivo de movimento estudantil, ou seja, atua nas disputas de instâncias universitárias como Centro Acadêmico (CA) e o Diretório Central dos Estudantes (DCE). A CONEN é vista como uma organização do movimento negro, como nos afirmou Tiffany, da qual grande parte dos interlocutores de Salvador (capital do estado da Bahia/Brasil) eram integrantes, além de seus coletivos universitários. Fundada em 1991, a organização se consolidou como uma instância nacional

<sup>43</sup> Symmy Larrat, mulher trans, oriunda do Pará, antes de se tornar presidente da ABGLT foi convidada a ser coordenadora do Centro de Referência de Direitos Humanos, em Salvador (2018). Ela também foi coordenadora-geral de Promoção dos Direitos LGBT, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, no segundo governo de Dilma Rousseff. Coordenou o programa Transcidadania, na gestão da prefeitura de Fernando Haddad, em São Paulo. | <sup>44</sup>Em campo foi recorrente o uso do pronome feminino para se referir a Quilombo, apesar de se nomear como coletivo.

e “um espaço de construção de unidade da ação de centenas de entidades negras”<sup>45</sup>. Cabe ressaltar que a articulação entre organizações como a CONEN e o Movimento Negro Unificado (MNU) com os coletivos universitários foi observada apenas no contexto de Salvador. O NCN/UNICAMP, por exemplo, mantinha relações com o movimento negro local e a Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região e a única organização do movimento negro nacional com a qual a Frente Negra/UERJ mantinha alguma aproximação com o grupo Afrocentricidade.

Ainda, segundo Tiffany, apesar da separação de definição de cada coletivo que participa, ela marca enfaticamente na fala e durante toda a entrevista a importância de pautar a ‘interseccionalidade’. Nesse sentido, os coletivos são diferenciados por seus focos de atuação, mas a “forma de fazer política” em todos teriam ou ‘deveriam ter’ como foco a ‘articulação de todas as pautas’, ou seja, uma ‘pauta interseccional’. Desse modo, percebemos, a partir das falas de Tiffany, que a centralidade da ‘interseccionalidade’ como forma de ação, que perpassa as narrativas também do NCN/UNICAMP e da Frente Negra/UERJ, organiza politicamente os atores que atuam no KIU!. Além disso, Tiffany ressalta que os conflitos geracionais e a importância da Internet para a formação política e teórica desses sujeitos se mantêm

até mesmo em coletivos que são identificados em campo como ‘velhos e atrasados’ por atuarem estrategicamente na política partidária ou institucional, para usar os termos de Tiffany. Desse modo, para atuar estrategicamente tendo como objetivo ‘as necessidades dos estudantes negros’, e nesse caso também LGBT, é necessário estar em vários movimentos. Ou seja, a importância dada para essa diferenciação estratégica surge na narrativa de Tiffany, mas para que ela seja realizada é necessário estar em três coletivos. Portanto, apesar de aproximações entre os coletivos em campo, que inicialmente se colocam e podem parecer tão distantes, as diferentes estratégias políticas continuam sendo uma marca central de diferenciação.

Ao ser questionada sobre o que seria uma ‘ação política interseccional’, Tiffany afirma que o Festival Afro Choque realizado pelo KIU! - principal mobilização do coletivo - seria um exemplo. Ela o define: ‘O Afro Choque é isso, é um movimento artístico cultural, com embate político muito forte, que demanda a questão LGBT e racial, pautando elas juntas por entender a importância disso’<sup>46</sup>. Pude acompanhar o Festival realizado no início de 2017, um pouco antes de realizar a entrevista com Felipe Doss. No momento da entrevista, Doss era graduando em Geografia da UFBA, integrante do Kiu! e Quilombo e se identificava como uma ‘bicha preta’. Durante a entrevista, Doss descreve o festival como uma ação política que

<sup>45</sup> Disponível em: <https://www.conen.org.br/>. Acesso em 27 fev. 2020. Para uma maior compreensão acerca desta organização, ver: NOGUEIRA, 2004. | <sup>46</sup> Tiffany, entrevista em 18/04/18.

‘reflete o cenário do movimento de jovens negros atualmente’<sup>47</sup>.

Durante a entrevista, Doss conta que grande parte dos jovens negros presentes no Festival não eram do KIU! e nem se organizavam em coletivos do movimento estudantil. Contudo, ele aponta a importância de se dialogar e as transformações que ‘a galera do afrotombamento’ vem produzindo. Ele diz:

É a partir da estética que eles impactam de um modo geral na política. Eles são diferentes. É uma sobrançelha cortada aqui, é um cabelo louro de água oxigenada, isso chama a atenção. Destoa de uma hegemonia presente, as pessoas passam a perceber. É uma galera que não topa ser rebaixada, não topa sofrer misoginia, não topa sofrer machismo. Racismo, piorou! É uma galera que, inclusive, não precisa usufruir das teorias que a universidade possibilita conhecer. É uma galera que vem com sua vivência aqui e dá um show. Obviamente que a gente compreende que tem as influências teóricas pós modernas<sup>48</sup>. Elas influenciam bastante esse grupo de narrativas e faz com que, em muitos momentos, se distanciem do debate que a gente propõe. Legitimando atitudes a ponto de dizerem: ‘Odeio essa forma de partido e tal’. Mas eles não se dão conta que eles acabam se organizando de uma forma semelhante, né? Ou seja, existe uma contaminação estrutural que é da própria conjuntura, né? [...]. Mas eles não deixam de trabalhar com a gente por conta disso, né? Eles trabalham porque eles conseguem enxergar, eles têm horizonte político, eles conseguem enxergar o quanto importante vai ser esse projeto que a gente vai estar fazendo, o quanto vai impactar. É é nesse sentido, de trabalhar num projeto que nos une. É de se unir. É de se unir[...]. Então, pra mim, dentro do movimento negro, quem disputa as narrativas do movimento negro atualmente, que vem crescendo, é essa juventude. Afrotombadora, do rolezinho, afrofuturista.  
(Doss, entrevista em 20/01/17).

Apesar de Doss afirmar que acredita ser importante ‘estarmos em todos os espaços’, e isso inclui a política institucional, ele aponta que ‘o movimento estudantil ainda está longe de ser de fato interseccional’. Ao fim da

entrevista, ele diz: ‘Nós avançamos, mas qual espaço que o movimento estudantil dá para as bichas pretas? O espaço da cultura. Não que não acho a cultura importante, mas se você for olhar, as bichas pretas só estão lá’<sup>50</sup>.

Um exemplo dessa afirmação de Doss foi a ausência de eventos promovidos por organizações do movimento estudantil que articulassem as relações de raça e sexualidade. Os únicos eventos que pude acompanhar, durante toda etnografia, que tinham como objetivo de ‘pautar a questão LGBT e negra’ e eram organizados por ‘bichas pretas’, foram o Seminário Performativo Negras Utópicas e a Festa AfroBapho. O Seminário, realizado na faculdade de dança da UFBA, contou com dois dias de programação com apresentações de dança, DJ, poesia, apresentações áudio visual e apresentação de Drag Queen. A festa AfroBapho foi realizada também em dezembro de 2017 e foi classificada como uma ‘festa preta LGBT’.

### Considerações Finais

Este texto teve como objetivo apresentar, por meio das narrativas e etnografias, como a noção de ‘nossa forma de fazer política’ é produzida no cotidiano dos coletivos. Portanto, retomaremos aqui alguns pontos que se mostraram centrais para compreender os processos de produção da ‘nossa forma de fazer política’, como, por exemplo, o papel fundamental que o corpo tem na construção subjetiva.

<sup>47</sup> Doss, entrevista em 20/01/17. |<sup>48</sup> No campo com o KIU!, no qual integrantes eram vinculados ao PT, o termo pós-moderno era utilizado de forma pejorativa para classificar grupos ou sujeitos que criticavam a forma de organização do movimento estudantil partidário e não se reivindicavam como marxistas. | <sup>49</sup> Em síntese “O Afrofuturismo, movimento pluridisciplinar que utiliza a música, as artes plásticas, a moda, entre ‘outras cositas más’, e que estabelece o encontro entre a história, o resgate da mitologia e cosmologias africanas com a tecnologia, a ciência, o novo e inexplorado.”. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/dossie-afrofuturismo-saiba-mais-sobre-o-movimento-cultural/>. Acesso em 09 jan. 2020. | <sup>50</sup> Doss, entrevista em 20/01/17. Vale ressaltar que, essa distinção entre movimento cultural e político, no interior do movimento negro, não é algo recente (RIOS, 2014).

Iniciamos o percurso a partir da etnografia e das entrevistas com os integrantes do Núcleo de Consciência Negra/UNICAMP (NCN/UNICAMP). Presente em uma universidade onde não se tinha outras referências de organizações políticas de estudantes negros, foi apenas com a chegada de estudantes que tinham origem em Pré-Vestibular Para Negro e Carentes (Bruno e Taina) que um dos objetivos passou a ser a discussão de textos que debatiam acerca da 'construção da identidade e da consciência racial'. Outra perspectiva teórica que marcou as 'formações' do Núcleo foi a Teoria Feminista Negra, por influência direta da pré-organização da Marcha das Mulheres Negras em Campinas. Assim, como apresentado, foi após essas 'formações' que o coletivo passou a ser composto exclusivamente por pessoas negras e a ter como um dos objetivos fazer dali um 'lugar confortável'.

Como observado, as linhas teórico-políticas de cada grupo organizam as diferenciações que são operacionalizadas por eles no campo político onde o corpo continua sendo acionado. No caso do NCN, a partir das descrições, vimos que a organização de uma Plenária de Negros e Negras, a participação nas assembleias estudantis, a organização de eventos onde se convida apenas o movimento negro, são momentos onde é pelo corpo que se marca as diferenciações como: núcleo x estudante e/ou ser preocupado com as 'necessidades dos estudantes negros' x

Apesar da Frente Negra/UERJ, segundo coletivo apresentado, ser identificada como tendo fortes aproximações com a linha teórico política da Afrocentricidade, é permitida a participação de 'qualquer estudante negro da universidade', sendo ele do 'movimento estudantil, independente, pan-africanista etc'. Assim como o NCN, a Frente é criada após um evento no qual se leva o corpo para reivindicar o currículo acadêmico e depois para 'ocupar' a universidade. Como disse Suzan (integrante da Frente), a Frente surgiu após alguns estudantes negros verem a necessidade de marcar, com seus corpos, a presença na 'ocupação' que estava se iniciando na universidade em 2015. Assim como nos outros coletivos, é a partir das 'formações' que as diferenciações são operacionalizadas. Fazer um evento para toda a universidade para falar de 'bicha preta', fazer Assembleia 'só de pretos para pretos', disputar com o movimento estudantil a vaga no Conselho Universitário, são exemplos de como o corpo é colocado no campo político e de como nestas disputas as diferenciações entre 'política com afeto' x a 'pura política' é acionada. No entanto, vimos nas descrições da Frente Negra que, a depender do contexto, esses repertórios ultrapassam determinados movimentos, como no caso da Audiência Pública pela Defesa das Cotas. A 'política com afeto' foi usada como marca de diferenciação em um ambiente formal e por figuras institucionais (deputadas), mas estas

eram mulheres negras. Portanto, vale destacar que, além das diferenças receberem status hierárquico a depender do corpo que fala (GOMES, 2018), há uma hierarquia também de qual corpo pode acionar para si determinados repertórios, como neste caso a ‘política com afeto’.

Aqui, vale destacar que, à luz de Avtha Brah (2006) compreende-se as identidades como relacionais e contextuais. Além disso, em seu texto acerca da produção da “Diferença, diversidade e diferenciação”, por meio de análise da construção da categoria negro no contexto da Grã-Bretanha, Brah sugere compreendermos as categorias de oposição operadas no campo político como historicamente contingentes dentro de um conjunto de práticas discursivas e materiais. Afirma a autora:

Minha proposta de que os feminismos “negro” e “branco” sejam tratados como práticas discursivas não essencialistas e historicamente contingentes[...] O mesmo contexto pode produzir várias “histórias” coletivas diferentes, diferenciando e ligando biografias através de especificidades contingentes. Por sua vez, a articulação das práticas culturais dos sujeitos assim constituídos marca “histórias” coletivas contingentes com novos significados variáveis (BRAH, 2006:362).

Desse modo, as diferenciações e aproximações operadas em campo são contingenciais e devem ser lidas a partir de um recorte histórico e relacional entre os atores e o conjunto de oportunidades políticas colocados para cada um deles. A partir dessa perspectiva de análise e em conjunto com as observações e narrativas nos

coletivos apresentados, podemos afirmar que nos processos contingentes de oposição, como por exemplo, ser ‘núcleo’, ‘movimento negro estudantil’, ‘movimento social na universidade’ x ME ou ‘institucionalizado’, se constitui também relações horizontais com outros “movimentos”. Nessas relações, ocorre um processo de mobilização em que enquadramentos e repertórios são reformulados, onde o corpo emerge como central e as ‘experiências’ e as ‘vivências’ se tornam foco pela importância de se dar conta da diversidade dos sujeitos.

Já a longa trajetória do KIUI/UFBA demonstra, assim como afirma Alvarez (2014), que, a depender do contexto, os repertórios ultrapassam os movimentos. Este coletivo surge com o objetivo de reunir ‘os viado e sapatão da universidade’, também faz ‘formações’ e, apesar de ter começado em 2004, um interlocutor diz que desde o início o coletivo era preocupado em ‘fazer política pela diversidade’. Apesar de em campo aparecer uma oposição entre ‘política institucionalizada’ e ‘política via experiência’, o coletivo é composto até hoje por pessoas filiadas ao PT, que também atuam no movimento estudantil e disputam o movimento LGBT por meio de sua participação no Fórum LGBT Baiano e na ABGLT, por exemplo. Um dos argumentos que podemos afirmar para esta diferença na UFBA, em comparação com a UERJ e a Unicamp, são as diferentes relações que os partidos têm a depender da localidade.

A

força política que o PT tem na história recente na Bahia, não se reflete no Rio de Janeiro e em São Paulo, e este dado é colocado em campo como a principal razão para esta diferente percepção e relação com a política partidária.

Apesar dos amplos aspectos de distinção contextual em que o KIU! se encontra, percebemos nas descrições que, assim como no NCN e na Frente, o corpo se torna mais uma vez central, mas aqui é através das festas que ele se coloca no campo político reivindicando para si as 'necessidades dos estudantes negros e LGBT'. É nas apresentações das Drags e nas performances das 'bichas pretas' que a política é corporificada e disputada. Pelo seu tempo de existência, o KIU! passou por momentos distintos do contexto político geral e negocia sua existência com a incorporação de repertórios e enquadramentos, como podemos observar até nas narrativas dos integrantes recentes. Por exemplo, em suas falas Tiffany afirma a importância da 'interseccionalidade' e das festas para o KIU!, o que não impede que partidos e movimento estudantil também utilizem esse enquadramento ('interseccionalidade') e o uso do corpo (festas) como repertórios políticos, como visto em sua narrativa e de outros interlocutores.

A observação deste coletivo nos apresenta como, apesar de todo conjunto de mudanças relatadas e apresentadas, há uma coexistência com formas mais institucionalizadas de atuação (FACCHINI, 2018). Embora, pelo

fato de não 'estarem mais no governo', vemos como o Kiu! procurando incidir politicamente em espaços mais permeáveis, como o das 'bichas pretas', mas sem deixar de identificar a importância da 'ênfase institucional', visto na sua presença no Fórum Baiano LGBT.

Após o resgate de alguns pontos apresentados na descrição, importante aqui realizarmos algumas possíveis análises que vão ao encontro a reflexões tecidas por outros autores. Como já apontado na introdução, ao compararmos as distintas estruturas de oportunidades, observamos através das etnografias dos coletivos, uma diversificação nos modos de fazer política, muitos dos quais deixam de ter na figura do Estado o principal interlocutor. Assim, tal mudança poderia ser pensada em relação com as transformações na estrutura de oportunidades, por exemplo, no que toca ao ataque aberto a movimentos sociais e ao desmonte de instâncias de participação, que foram criadas e fortalecidas nos governos Lula e no primeiro governo Dilma. Contudo, ao nos remetermos à literatura sobre movimentos sociais, é possível perceber continuidades em relação a processos de transformação que se faziam sentir desde a década anterior à intensa institucionalização e à centralidade das apostas no diálogo socio-estatal. No campo do ativismo LGBT, por exemplo, são descritas reações críticas à institucionalização tecidas por

iniciativas majoritariamente compostas por jovens ou estudantes universitários (LIMA, 2016; DANILIAUSKAS, 2016). Com foco em um recorte mais diverso de movimentos nesse período, Lopes e Heredia (2014) também identificam críticas à institucionalização entre setores dos movimentos de juventude. Além disso, diversas etnografias no campo feminista apresentam o mesmo processo de crítica a institucionalização e defesa da horizontalidade (GOMES, 2018; CARMO, 2018; ALVAREZ, 2014; RIOS e MACIEL, 2017-8). Segundo Regina Facchini et. al, (2020), tais reações, que ganham corpo e visibilidade nos anos 2000, em setores anticapitalistas, no movimento antiglobalização e/ou apoiados nos queer studies, tornam-se ainda mais intensas na última década, intensificando as críticas à institucionalização dos movimentos sociais e à possibilidade mesma de representação política e descrédito nas possibilidades de obtenção de direitos via diálogo com instâncias estatais. Para além desse processo de quase duas décadas de reconfiguração de repertórios e enquadramentos, que se constitui como condição de possibilidade para as mudanças observadas neste momento, através das observações também podemos ressaltar a importância dos modos de produção e de circulação de conhecimento como parte da estrutura de oportunidades com a qual interagem as ações políticas observadas (FACCHINI, 2018). Como já

retomado, as 'formações' que são realizadas em todos os coletivos revelam como eles se organizam politicamente e se relacionam com os autores. Contudo, como podemos perceber, os referenciais teóricos acionados nos diversos coletivos não vão ao encontro das teorias apresentadas no currículo oficial da universidade, o que gera também conflitos diretos como vimos na etnografia da Frente Negra/UERJ. Como relatado por Vinícius (integrante da Frente/UERJ) é por meio da internet que o acesso a este conjunto de autores está sendo resgatado pelos sujeitos. Como apontado durante o texto, os dados observados em campo mais uma vez se aproximam das análises dos estudos de movimentos sociais que afirmam que o processo de popularização da internet em conjunto com as políticas de acesso ao Ensino Superior compõem oportunidades políticas que fazem referências teóricas circularem por diferentes meios e subsidiar a produção de enquadramentos políticos, como, por exemplo, a "interseccionalidade" (BULGARELLI, 2017; FALCÃO, 2017; RIO e MACIEL, 2017-8). Por fim, apesar de, nesse contexto, a identidade racial tomar centralidade, esse sujeito, que afirma 'não ser só negro', se distancia do modelo de organização política em torno de uma "só pauta" e busca intersecciona-las, em que negocia as diferenças, nos coletivos e consigo mesmo. Desse modo, é possível afirmar que a 'nossa forma de

fazer política' é: (i) 'interseccional'; (ii) pautada nos 'afetos' e na 'experiência' como narrativa; e (iii) na disputa institucional, focada nas 'necessidades dos estudantes negros'. Nesse sentido, apesar das diferenças entre os coletivos, foi possível perceber que estas três características surgiram como objetivo de todos, mesmo que muitas vezes não alcançados, e como forma de diferenciação.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova: revista de cultura e política*, 76: 49-86, 2009Xx-xx-xxxx.

\_\_\_\_\_. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & antropologia*. v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012XX-XX-XXX.

ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. In: *Dossiê O gênero da política: feminismos, Estado e eleições*. Cadernos pagu (43), janeiro-junho, 2014.

BULGARELLI, Lucas. [ALERTA TEXTÃO] Estratégias de engajamento do movimento LGBT de São Paulo em espaços de interação on-line e off-line (2015-2016). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2017.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*. n. 26. p. 329-376. 2006

BRINGEL, Breno. Mudanças no ativismo contemporâneo: controvérsias, diálogos e tendências. In: *FASE. A luta popular urbana por seus protagonistas: direito à cidade, direitos nas cidades*. Rio de Janeiro: Fase, p. 20-29, 2018.

CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *Revista USP*. n. 68. p. 88-103. dez/fev. 2006.

CARMO, Íris Nery do, et al. O rolê feminista: autonomia, horizontalidade e produção de sujeito no campo feminista contemporâneo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

COELHO, Maria Claudia. Narrativas da Violência: a dimensão micro-política das emoções. *Mana*, v. 16, p. 1-20, 2010.

CORDEIRO, Fábio de Carvalho. A bixa-preta na escola e nas redes sociais: da afetividade de uma vida à hipersexualização de um corpo. Dissertação (Mestrado em educação). Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná, 2019.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo Editorial, [1981], 2016.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. Apresentação (Dossiê Feminismos Jovens). Cadernos Pagu, Campinas, n. 36, 2011.

\_\_\_\_\_; RODRIGUES, Julian. É preciso estar atenta(o) e forte: histórico do movimento LGBT e conjuntura atual. In: Leonardo Nogueira; Erivan Hilário; Thaís Terezinha Paz; Kátia.

Marro. (Org.). Hasteemos a bandeira do arco-íris: diversidade sexual e de gênero no Brasil. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, v. -, p. 231-262, 2018.

\_\_\_\_\_; CARMO, Íris; LIMA, Stephanie. Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. Educ. Soc., Campinas, v. 41, e230408, 2020.

FERREIRA, Renato. A experiência do Programa Políticas da Cor na educação brasileira: uma ação positiva pela democratização do ensino superior. In: MATO, Daniel (Org.). Diversidad Cultural e Interculturalidad en Educación Superior. Experiencias en América Latina. Caracas: UNESDOC/UNESCO, p. 177-186, 2008.

FALCÃO, Thiago Henrique de O. Memes, textões e problematizações: sociabilidade e política a partir de uma comunidade de LGBT universitários no Facebook. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 2017.

FIGUEIREDO, Ângela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. *Revista Direito e Práxis*, 9.2: 1080-1099, 2018.

GOMES, Carla de Castro. *Corpo, emoção e identidade no campo feminista contemporâneo brasileiro: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro*. 2018. 314 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. *Ciências Sociais Hoje - ANPOCS*. n. 2, p. 223-244, 1983.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.54, p. 147-156, 1999.

INADA, Angélica Kimie. Quando a Unicamp falou sobre cotas : trajetória de militância do Núcleo de Consciência Negra e da Frente Pró-Cotas da Unicamp. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP, 2018.

LEMOS, Rosália de Oliveira. Do estatuto da igualdade racial à marcha das mulheres negras 2015: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas. Tese (Doutorado em Política Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, 2016.

LIMA, Márcia. Ações Afirmativas e juventude negra no Brasil. *Cadernos Adenauer*. v. 16, n. 1. p. 27-43, 2015.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova: revista de cultura e política*, 76: 11-48, 2009.

MÜLLER, Tânia MP; CARDOSO, Lourenço. Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. O Brasil na mira do pan-africanismo. EDUFBA Ed. da Univ. Federal da Bahia, 2002.

NOGUEIRA, João Carlos. Artigo: Movimento negro: das denúncias do racismo à prática de políticas públicas. *Política & Sociedade*. v. 3, n. 5. . 89-99, 2004.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017

RIOS, Flavia Mateus. Institucionalização do movimento negro no Brasil Contemporâneo. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_, Flavia. Elite política negra no Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

\_\_\_\_\_; MACIEL, Regimeire. Feminismo negro brasileiro em três tempos: Mulheres Negras, Negras Jovens Feministas e Feministas Interseccionais. *Labrys, estudos feministas*, julho/ 2017- junho 2018.

SNOW, David; BENFORD, Robert. Master frames and cycles of protest. *Frontiers in social movement theory*, 133: 155, 1992.

VENTURINI, Anna Carolina. Ação afirmativa na pós-graduação: os desafios da expansão de uma política de inclusão. 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*, 25: 535-549, 2016.